

# **Transferência de renda direta em Senador Canedo - GO: análise dos impactos do programa Bolsa Família na metrópole goiana**

*Gabriel da Costa Cabral*

da Universidade Federal de Goiás - Goiânia – Brasil  
gabrielcostac.gc@gmail.com

*Leandro Oliveira de Lima*

da Universidade Federal de Goiás - Goiânia - Brasil  
leandrolima.ufg@gmail.com

---

**Resumo:** O texto analisa a transferência de renda direta realizada pelo governo federal por meio do Programa Bolsa Família no município de Senador Canedo (GO) entre os anos de 2004 e 2017, buscando compreender os impactos desse Programa na capitalização econômica de um município inserido na metrópole goiana. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão de literatura e levantamento de dados de fonte secundária. As análises indicaram elementos que destacam a capilaridade do Bolsa Família em Senador Canedo e na Região Metropolitana de Goiânia em relação ao número de pessoas beneficiadas e o valor desembolsado pelo Programa mensalmente, possuindo papel crucial na circulação de capital no município. Um efeito secundário da pesquisa também identificou a instabilidade do Bolsa Família em relação a períodos de crise econômica e política, causando a retração do Programa e da rede de proteção gerada através de sua execução, o que de certo modo apontou para efeitos na dinâmica de capitalização da economia urbana em ambientes metropolitanos.

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Transferência de renda. Metrópole goiana. Senador Canedo.

---

## **Introdução**

Os últimos dois pleitos de campanha eleitoral para presidência da república no Brasil acentuaram as discussões relacionadas às políticas públicas do Governo Federal, em que pese as divergentes posições político-ideológicas dos candidatos sobre o papel das transferências de renda direta aos municípios. Apesar das divergências, o Programa Bolsa Família (PBF) atualmente é uma das políticas públicas mais reconhecidas em termos de proteção social com maior abrangência de cobertura territorial no Brasil.

Destaque-se ainda, o cenário de recessão econômica que o país passa que vem agravando o número de pessoas desempregadas, que segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), ultrapassaram 13 milhões de desempregados no primeiro trimestre do ano de 2018.

Conseqüentemente, associado às mudanças de comportamento demográfico que sucedem à população brasileira com aumento da população adulta e idosa, também vem

ocorrendo o aumento absoluto de famílias em situação de vulnerabilidade econômica e de pobreza. Diante desta quadra, o texto considerou a relevância da execução do Programa Bolsa Família em ambiente metropolitano considerando especificamente os possíveis impactos decorrentes da sobreposição de políticas de capitalização da economia na escala municipal.

Para tanto, definiu-se como recorte espacial o município de Senador Canedo (GO), por apresentar uma constante pressão pelo uso do solo em face da constante migração interregional para a Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Na escala intraurbana o referido município apresenta centralidade em formação no que tange oferta de empregos, comércio e serviços, fato que em si guarda relação de causa e efeito com as políticas de transferência direta de renda no recorte espacial da pesquisa. Apresentamos uma síntese do processo de metropolização e periferização vinculados as transferências governamentais do Bolsa Família e os impactos da execução desse Programa diante desses condicionantes urbano-metropolitanos.

Também realizou-se o esforço de analisar as transferências direta de renda em Senador Canedo de forma integrada com os demais municípios da Região Metropolitana de Goiânia, buscando verificar a focalização, a representatividade do número de beneficiários do programa em relação à população total, e do valor desembolsado pelo Bolsa Família em relação à receita do executivo. Além disso, metodologicamente foram feitas revisões bibliográficas em livros, teses, dissertações, e textos publicados em periódicos (impressos e eletrônicos) que trataram dos diferentes temas que tangenciaram a pesquisa, bem, como levantamentos de dados junto às instituições e órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Mauro Borges (IMB); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Portal ODM; dentre outros.

A estrutura do texto está dividida em seis seções, sendo que inicialmente buscamos discorrer sobre a formulação do Bolsa Família e a capitalização da escala municipal. Na segunda seção avaliamos os dados secundários sobre a dinâmica demográfica de Senador Canedo. A terceira apresenta os indicadores sobre trabalho, renda e moradia que foram sistematizados com o objetivo de compreender os condicionantes urbanos daquele contingente avaliado. Na quarta buscou-se analisar a execução do Programa BF na Região Metropolitana de Goiânia, a fim de compreender em que contexto está inserido o município de Senador Canedo, para que na quinta seção seja apresentado especificamente os dados e informações sobre a execução e o impacto do BF na capitalização da economia de Senador Canedo. Por fim, a última seção pretende analisar a relação entre Estado Social e Capitalização Econômica existente na organicidade do Programa Bolsa Família.

Portanto, objetiva-se realizar uma análise sobre a organização socioespacial do município de Senador Canedo, com o intuito, de compreender em que contexto espacial o Programa Bolsa Família está inserido, e quais são os impactos do Programa na economia do município.

### **O Programa Bolsa Família: antecedentes**

O Bolsa Família é uma política condicionada de transferência de renda direta. Silva, Yazbek, Di Giovanni (2007), menciona que esse tipo de programa é reconhecido por realizar transferências monetárias, sem necessariamente uma contribuição prévia obrigatória, tendo por objetivo garantir renda a famílias em situação de vulnerabilidade social.

É importante salientar que as discussões referentes aos programas de transferência de renda não são recentes, pois estão relacionadas com a história e o debate do Estado Social, desde o final do século XIX, alcançando seu auge nos trinta anos após o término da II Guerra Mundial (Gloriosos Trinta), quando houve um significativo aumento no percentual de gasto público e das transferências sociais em relação ao Produto Interno Bruto em países europeus (ARRAIS, 2016; 2017). Dessa forma, existem diferentes modelos de programas, variando entre as tipologias “liberal, conservadora e social-democrata” como propõe Esping-Andersen (1991) e também como descreve Wanderley (2015), com as distinções entre os determinantes históricos, econômicos e culturais de um Estado.

Desde a década de 1970, havia no Brasil programas de transferência de renda focalizados nos mais pobres, ainda com cobertura bastante limitada. A *Constituição de 1988* e a LOAS, em 1993, foram dois marcos da proteção social no país, pois promoveram mudanças significativas por assegurarem os programas de transferência de renda como um direito à cidadania. As primeiras iniciativas de programas de transferência direta de renda em Goiás ocorreram durante a década de 1990 em nível local e estadual, e enfrentaram problemas relacionados à baixa capacidade financeira e operacional dos municípios e estados, como é o caso do cheque moradia e a bolsa universitária em Goiás. A partir destas experiências o governo federal criou novos programas de transferência, com recursos federais. Entretanto, os programas eram gerenciados por diferentes organismos governamentais, o que ocasionava superposição de benefícios por famílias. Por isso, em 2001 é criado um cadastro único de acesso a esses programas, mas com uma implementação lenta (ROCHA, 2011).

Em 2003 o Bolsa Família foi implementado pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003 e institucionalizado pela Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004, no governo do Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Sua criação marca um período de transformação em

relação à questão social no país, com a unificação de programas que já haviam sido implementados, como: Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás.

Tornando-se o programa de proteção social com maior abrangência do Brasil, nesse sentido, intencionou-se no artigo compreender os impactos do BF na economia municipal. Para Arrais (2017, p. 206) essa economia deve ser compreendida “a partir da ação e da relação entre o Estado e o mercado na escala municipal”. Na economia municipal a dinâmica do mercado é responsável por parte da renda e geração de emprego seja formal ou informal, assim como o conjunto de atividades econômicas que geram impostos, e o Estado com a formação de emprego na administração pública, dispersão dos investimentos em serviços e com as transferências diretas para os cidadãos, como o Bolsa Família (ARRAIS, 2017). Com isso, na próxima seção foi realizada análises acerca dos dados demográficos de Senador Canedo, com o intuito de compreender a dinâmica do município em que o programa se transfere.

### **O ambiente metropolitano e as demandas por políticas governamentais**

As densidades demográficas nas regiões metropolitanas caracterizam-se por serem altas, como é caso da RMG. A população estimada de Senador Canedo em 2017 foi de 105.459 habitantes, o que corresponde a 4,2% da população estimada da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), sendo o quarto município com maior população da metrópole goiana (IBGE, 2017).

Arrais e Pinto (2008) acrescentam que a modernização do território goiano repercutiu de forma significativa no perfil demográfico, com a migração em massa de trabalhadores pobres, impedidos, devido às condições econômicas e ao processo de zoneamento, de se instalar nas áreas centrais da capital, tendo que migrar para a periferia, fato que expressa-se no cotidiano como uma urbanização das demandas. Goiânia e os municípios circunvizinhos da capital (Aparecida de Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Trindade) apresentavam em 2017 as densidades mais altas da RMG. Senador Canedo possui uma densidade demográfica de 414,62 habitantes por Km<sup>2</sup>, a terceira maior densidade da Região Metropolitana, a segunda sendo Aparecida de Goiânia com 1.910,45 hab/Km<sup>2</sup> e a primeira Goiânia com 1.987,59 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2017).

Quando comparamos a densidade desses municípios com a do estado de Goiás de 19,69 hab/Km<sup>2</sup> observamos a forte concentração da população na RMG. Portanto, por mais que Senador Canedo apresente uma densidade alta ela ainda é bastante inferior a de Goiânia e Aparecida de Goiânia que apresentam uma densidade quatro vezes superior. Outra dimensão

que deve ser lembrada é que Senador Canedo foi Distrito de Goiânia, emancipando-se em 1988 e que o seu crescimento populacional esteve e ainda está atrelado com o forte processo de migração intrametropolitana para a capital goiana. Os dados referentes à densidade demográfica demonstram também a pressão pelo uso do solo dessa região metropolitana, o que pode ser entendido pelo perfil extremamente urbano desses municípios, como o caso de Senador Canedo em que 99,6% da população reside em áreas urbanas.

A taxa de crescimento geométrico populacional entre 2000 e 2010, evidencia o acelerado processo de migração e de demandas urbanas na RMG, destacando que os municípios periféricos crescem mais que a capital, que apresenta taxa de 1,77, cuja da maior ordem de taxa está Goianira com 6,17 e Senador Canedo com a segunda maior, 4,75 respectivamente (IBGE, 2017). Essas taxas de crescimento nos municípios circunvizinhos à capital podem ser entendidas, como aponta Lima (2010), pelo processo de periferização nas franjas da metrópole, em que pese os atores imobiliários sendo determinantes na localização da habitação daqueles com menor poder aquisitivo.

Sobre a faixa etária da população, destaca-se as faixas entre 0 e 19 anos, por essas incluírem o público-alvo do Bolsa Família, pois o Programa prioriza as famílias que possuem crianças, adolescentes e jovens (0 a 17 anos) em sua composição. Além de que nesses casos, há benefícios variáveis que são acrescentados ao benefício básico da família.

Em Senador Canedo 37,5% da população censitária está entre as faixas etárias de 0 a 19 anos. Na RMG esse índice é de 31,5% (IBGE, 2010). Isso demonstra a importância do BF como um Programa de proteção social para as crianças, adolescentes e jovens desses municípios, no qual eles representam aproximadamente 1/3 da população. Além de tratar da pobreza e da fome por meio dos benefícios, através das condicionalidades na área da saúde e da educação, realiza-se um enfrentamento da questão estrutural da pobreza, garantindo a essas crianças, adolescentes e jovens o acesso a direitos previstos na *Constituição de 1988*.

Outro aspecto importante sobre a população estudada é referente a cor e raça. Segundo o Censo de 2010 entre os municípios circunvizinhos à capital, todos apresentam mais de 60% de sua população entre preta, parda e indígena, que possuem um histórico de maior vulnerabilidade social. Dentre eles, Senador Canedo apresenta 66%, enquanto em Goiânia esse índice é de 50%. Sendo assim, esses indicadores dão indícios sobre processos territoriais que reforçam o questionamento sobre a segregação espacial no uso do solo em Senador Canedo e RMG em geral.

Dessa forma, compreende-se que Senador Canedo apresenta um crescimento demográfico e um perfil predominantemente urbano. Sendo que a sua dinâmica está atrelada ao processo migratório para a metrópole goiana e os seus efeitos rebatem sobre a pressão pelo

uso do solo. Por isso a relevância de pesquisar os efeitos da transferência de renda direta em Senador Canedo, que apresenta a síntese do processo de metropolização, com condicionantes relacionados à moradia, renda e trabalho, conforme tratado na próxima seção.

### **Os condicionantes urbanos: trabalho, renda e moradia na RMG**

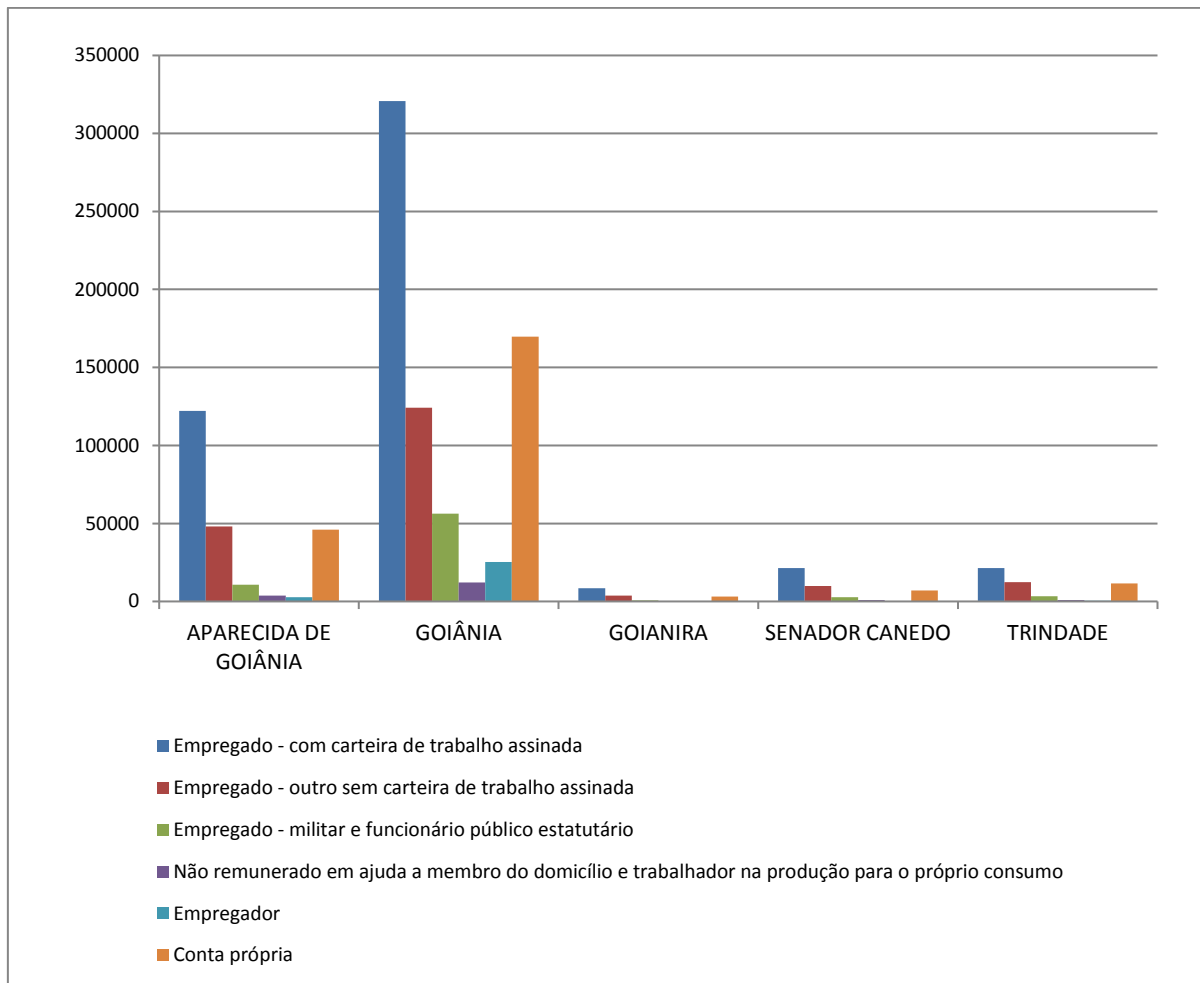
Sobre a condição do trabalho principal, conforme apresentado no Gráfico 01 foi possível analisar como Goiânia, em 2010, possuía um forte dinamismo na oferta de trabalho sobre os municípios circunvizinhos. Entre os cinco maiores municípios da RMG o percentual mais baixo de empregados em relação a população foi em Goiânia com 70,7%, desses 25% sem carteira assinada. Entretanto, a capital também apresentou o maior percentual de empregadores com 3,6%, e de trabalhadores por conta própria com 24%. (IBGE, 2010).

Em Senador Canedo o percentual de empregados foi de 80%, desses 29% sem carteira assinada e o percentual de empregadores foi de 0,7%. Outro índice que chama atenção é em relação a pessoas não remuneradas em ajuda a membro do domicílio, que em Senador Canedo foi de 1,7%, sendo o maior percentual em relação os municípios circunvizinhos a capital (IBGE, 2010). Destaca-se nesses dados, o baixo percentual de empregadores, em contrapartida a elevada quantidade de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, representando um trabalho com menor estabilidade.

Observa-se por meio da figura 01 que a capital se estrutura como centro da geração de empregos, enquanto municípios como Goianira apresentam pouco dinamismo na oferta de empregos, o que contribui para o movimento pendular entre esses municípios. Essa centralidade fomenta ainda o processo migratório em busca de oportunidade de emprego.

O rendimento médio mensal do trabalho principal organizado por classes, observa-se que Goiânia foi a cidade da RMG com o menor percentual de pessoal entre sem rendimento até 1 salário-mínimo com 41,8%, mais baixo que em relação ao total da RMG que foi de 46,5%. Trindade apresenta o maior percentual de pessoas nessas classes de rendimentos, com 55,2%, e Senador Canedo o segundo com 54,6% (IBGE, 2010).

Entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade dos municípios circunvizinhos a capital goiana, mais de 50% dessas pessoas estão entre as classes sem rendimento até 1 salário-mínimo. O que representa que os trabalhadores com os menores salários tendem a residir nos municípios situados nas franjas de Goiânia (IBGE, 2010).



**Figura 01** - Condição do trabalho principal (2010)

Fonte: Elaboração dos autores a partir do IBGE, Censo 2010.

O nível de instrução é outro aspecto que reforça essa questão de segregação espacial, pois do total de pessoas acima de 25 anos, em Goiânia 34% são sem instrução e fundamental incompleto, sendo que este total em Senador Canedo é de 51% e em outros municípios circunvizinhos à capital chega aproximadamente a 50%. Quando analisamos o percentual de pessoas com superior completo, em Goiânia é 15%, e nos outros municípios da RMG abaixo de 5%, Senador Canedo foi 3,2% (IBGE, 2010). Essa informação fomenta uma reflexão sobre diferença no acesso ao ensino entre os municípios dessa região metropolitana.

Esses dados vão de acordo com a informação já apresentada anteriormente, referente ao rendimento nominal, pois as pessoas com maior nível de instrução tendem a ter um rendimento superior. Questiona-se esse baixo desempenho, em relação ao acesso das pessoas dos municípios que compõem a região metropolitana ao ensino superior, e a alta quantidade de pessoas sem instrução e fundamental incompleto. Nesse contexto, a pesquisa apresenta a sua relevância, por analisar os impactos das transferências de renda direta em um município que apresenta os efeitos do processo de periferização nas franjas da metrópole goiana, com

fragilidade no acesso a educação e na geração de empregos, aspectos centrais na formulação do Programa Bolsa Família.

Em relação à moradia, os dados do Censo 2010 demonstram que Goiânia apresenta o maior percentual de moradias alugadas e cedidas, que foi de 39,7%, e o menor índice de casas próprias com 59%. Outro ponto de destaque foi que os dois municípios com menor percentual de casas alugadas e cedidas foram Goianira com 25,7% e Senador Canedo com 29,8%. Esses municípios também apresentam o maior percentual de domicílios próprios, sendo Goianira com 73% e Senador Canedo 69%.

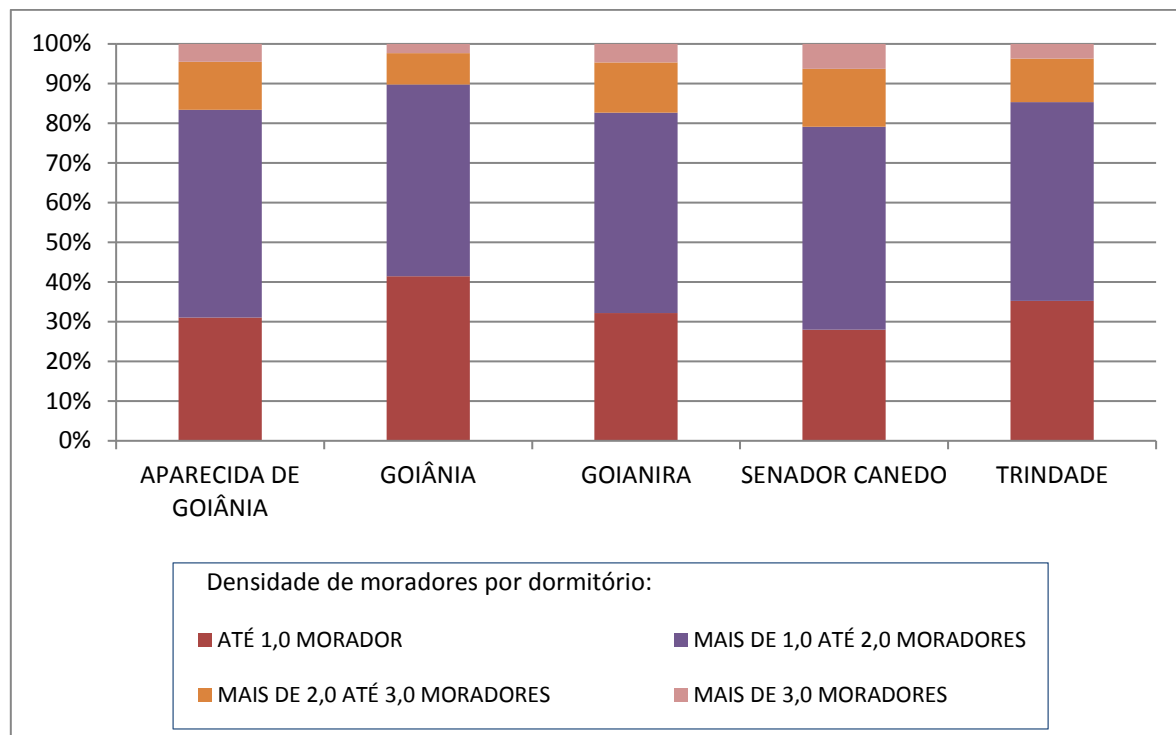
Dessa forma, observa-se uma relação entre esses dados e a taxa de crescimento geométrico populacional entre 2000 e 2010, que apresenta o crescente processo de migração para a metrópole goiana e a pressão sobre a habitação. Isso pode esclarecer que um fator chave para o maior crescimento populacional de Goianira e Senador Canedo está ligado à questão do acesso a moradia, e que a menor taxa em Goiânia pode ser entendida pelo mercado imobiliário, devido o alto percentual de moradias em situação de aluguel, o que pode representar uma fragilidade, devido ao ônus do aluguel em relação ao salário das pessoas com maior vulnerabilidade econômica.

Quanto à densidade de moradores por dormitório, observa-se na figura 02 que Goiânia apresentou o maior percentual de dormitório de até 1 morador com 41% e o menor em relação a dormitório com mais de 3 moradores com 2,3%. Situação diferente do município de Senador Canedo, que possuía o menor percentual de dormitório com até 1 morador com 28%, e o maior com dormitório com mais de 3 moradores com 6,2% (IBGE, 2015). Observa-se também que os outros municípios circunvizinhos de Goiânia apresentaram uma situação próxima a de Senador Canedo, isso representa que os municípios situados nas franjas da capital possuíam uma maior densidade de moradores por dormitórios.

Outro aspecto importante sobre a moradia foi referente à situação dos domicílios. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, em Senador Canedo do total de 24.268 domicílios, 0,7% são de materiais vulneráveis (madeira aparelhada; madeira aproveitada; palha; taipa revestida; taipa não revestida e outros materiais), e os domicílios de alvenaria sem revestimento que em grande parte são autoconstruções representavam 22%.

Portanto, observou-se que os condicionantes urbanos como trabalho, moradia e renda são distintos em relação a capital e os municípios periféricos, fatores condicionados pelo processo de metropolização e periferação. Na próxima seção, buscou-se analisar a execução do Bolsa Família na RMG relacionando com as especificidades do impacto do Programa na economia de Senador Canedo.





**Figura 02**–Densidade de moradores por dormitório (2015)

Fonte: Elaboração dos autores a partir do IBGE, PNAD 2015.

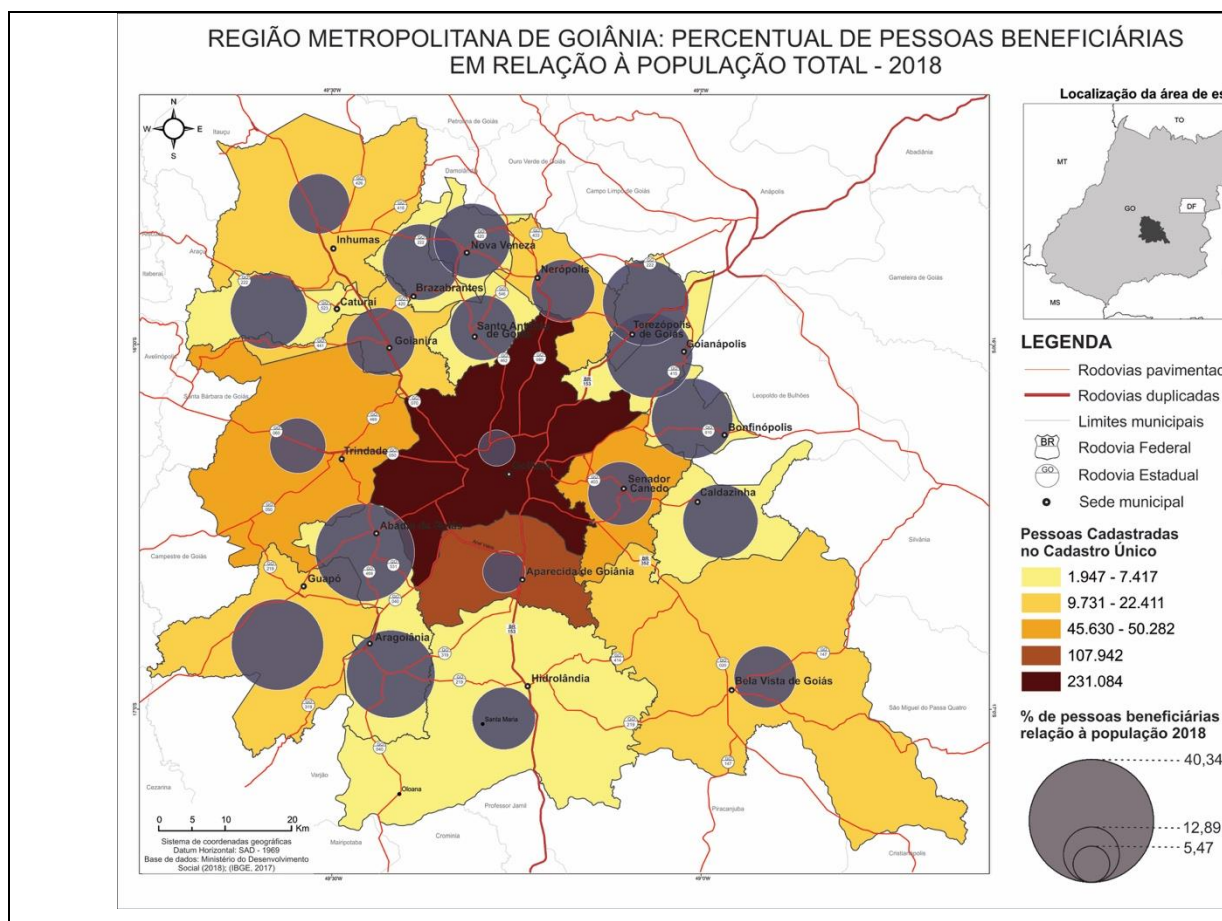
### Programa Bolsa Família: execução na Região Metropolitana de Goiânia

A organicidade do Programa está marcada pela focalização de suas ações a partir da renda dos cidadãos. Arrais (2016, p. 211) menciona que essa focalização é marcada pela “definição instrumental de pobreza”, entre famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa) e pobres (de R\$ 89,01 a R\$ 178,00 por pessoa). Além da definição instrumental o programa é classificado como transferência de renda com condicionalidades pois as famílias devem cumprir uma série de compromissos/contrapartidas sociais, que tem como objetivo reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde.

O PBF também apresenta uma classificação dos beneficiários, que é o Perfil Bolsa Família (Perfil BF), que são aquelas com renda familiar por pessoa de até R\$ 154,00 por mês, e o Perfil Cadastro Único (Perfil CadÚnico) com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa. Nesse sentido foi possível analisar a focalização do Programa para as famílias com menor renda familiar, prioritariamente as famílias do Perfil BF, mas também podem ser beneficiadas as famílias com o rendimento classificado como Perfil CadÚnico que tenham crianças e/ou adolescentes em sua composição e de acordo com a receita destinada ao Programa.

As maiores taxas de cobertura na RMG no ano de 2017 são nos municípios com menor população (até 20.000 habitantes), com uma cobertura superior a 90% no Perfil BF e 50% no Perfil CadÚnico. Já as menores taxas de cobertura são encontradas em Goiânia e Aparecida de Goiânia com percentuais inferiores a 60% no Perfil BF e 35% no Perfil CadÚnico (Matriz de Informação Social, 2017).

Para compreender a execução do Bolsa Família na RMG na Figura 01 buscou-se espacializar a relação entre as pessoas beneficiadas pelo BF e a população estimada dos municípios, a fim de analisar a cobertura do Programa. A figura 03 apresenta a relação entre a receita do executivo e o valor repassado pelo BF, para que se possa compreender a sua capilaridade.



**Figura 03:** Região Metropolitana de Goiânia: percentual de pessoas beneficiárias em relação à população total – 2018

Fonte: VIANA, J. L. R. 2018.

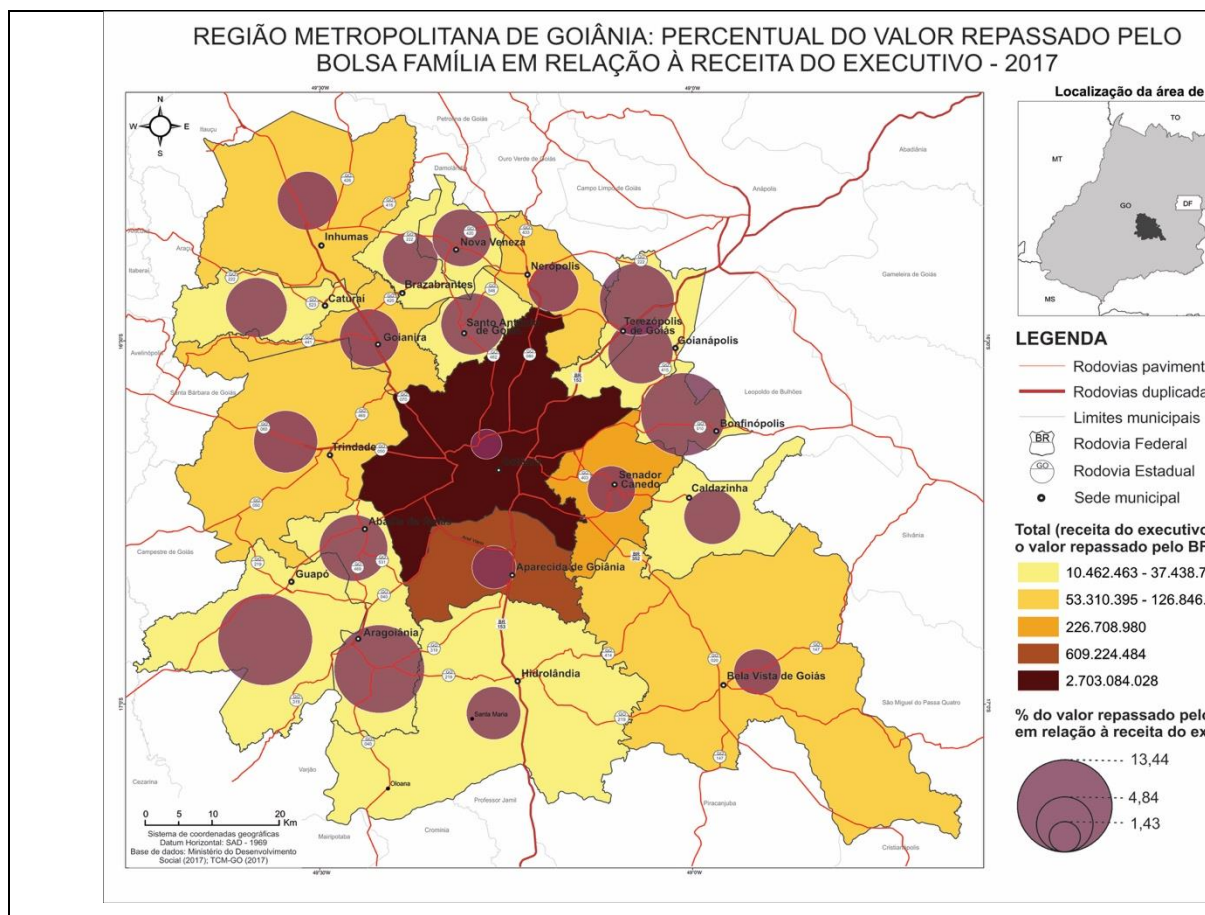
Nota: Na organização das informações desse mapa foi necessário selecionar informações referentes a anos distintos, pois o número de pessoas beneficiárias do BF por município é disponibilizado apenas de forma atualizada, do atual ano (2018), já os dados disponibilizados sobre a população estimada dos municípios são referentes a anos passados, por isso utilizou-se os dados referentes ao ano de 2017.

Na relação entre pessoas beneficiadas pelo BF em 2018 e a população estimada dos municípios da RMG em 2017, os maiores percentuais estavam em Abadia de Goiás com 40,34% e Guapó com 34,72%, também se observou que, nos municípios com população inferior a 20.000 habitantes esse percentual foi superior. Goiânia com 5,47%, Aparecida de Goiânia com 7,32% e Trindade 12,89% apresentam os menores percentuais. Entre os municípios circunvizinhos a capital, Goianira com 19,15% e Senador Canedo 17,11% são os maiores percentuais.

Observa-se por meio da espacialidade (Figura 01) sobre o número de pessoas beneficiadas pelo BF na RMG, uma característica identificada com as pesquisas de Pochmann (2011) e Arrais (2016), que destacam que as distribuições dos benefícios do Programa não seguem uma lógica homogênea, pois através da sua organicidade com a focalização de suas ações, o BF tende a atender às necessidades específicas em cada município, podendo assim reequilibrar as diferenças regionais, quanto à exclusão social.

Por isso, a relação entre as informações apresentadas sobre aspectos demográficos e condicionantes urbanos com os dados sobre as pessoas beneficiárias do BF, reforçam que o maior número de pessoas inscritas no Cadastro Único encontra-se em Goiânia. Isso se deveu à capital apresentar também o maior índice populacional. Entretanto, os dados relativos sobre o número de pessoas beneficiárias do BF, em relação à população dos municípios, indicam as ações do Programa no caso dos municípios com população inferior a 20.000 habitantes da RMG as transferências oriundas do programa tem eficiência maior na capitalização das respectivas economias municipais, pois aqueles que apresentam maior número de famílias em situação de pobreza, através da transferência de renda direta realizada pelo Programa, aumenta o poder de compras dessas famílias.

Na figura 04, referente à relação entre a receita do executivo e o valor repassado pelo BF em 2017 para os municípios da RMG, observou-se a mesma tendência nos municípios com população inferior a 20.000 habitantes cuja representatividade do programa em relação à receita do executivo em Guapó atingiu 13,44%, Aragoiânia 12,36% e Bonfinópolis 10,98%, respectivamente. E mesmo no caso de Goiânia e os municípios nas suas franjas que apresentam as maiores receitas da região metropolitana, esse índice foi representativo sendo Trindade com 6,16%, Goianira 5,39%, Senador Canedo 3,51%, Aparecida de Goiânia 2,93% e Goiânia 1,43%. No ano de 2017 o Programa desembolsou nesses cinco municípios R\$ 73.717.262,00 e na RMG R\$ 95.526.942,00 milhões de reais.



**Figura 04:** Região Metropolitana de Goiânia: percentual do valor repassado pelo Bolsa Família em relação à receita do executivo – 2017  
 Fonte: VIANA, J. L. R. 2018.

Também é importante destacar o papel que o BF representa no dinamismo dos municípios com população menor que 20 mil habitantes em função do valor desembolsado mensalmente. Nesse sentido, Pochmann acrescenta que

[...] atualmente, a dinâmica da economia nacional encontra-se associada ao comportamento do gasto social, pois responde pelo fortalecimento do setor privado na produção de bens e serviços adequados à crescente demanda decorrente do processo de inclusão de enormes segmentos tradicionalmente excluídos. Assim, o gasto social, ao mesmo tempo em que representa uma ferramenta fundamental na promoção da coesão da sociedade brasileira, torna-se cada vez mais o multiplicador da incorporação pelo mercado de consumo (POCHMANN, 2011, p. 18).

Por isso o recurso proveniente dessa transferência de renda direta possui um papel crucial na circulação de capital nas cidades, pois os beneficiários acionam os diversos segmentos (setor de comércio e serviço) mensalmente.

O PBF também apresenta uma classificação de Grupos Populacionais, que são priorizados no acesso ao Programa. São famílias: quilombolas, indígenas, ciganas, comunidades de terreiro, famílias extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, acampadas,

atingidas por empreendimentos de infraestrutura, com pessoa presa no sistema carcerário, situação de rua e catadores de material reciclável.

No contexto da RMG, destaca-se Goiânia e Aparecida de Goiânia, que apresenta grande número de famílias pertencentes a grupos ligados a questão da moradia (situação de rua, acampadas e assentadas). Segundo a Matriz de Informação Social (2017) em Goiânia das famílias beneficiadas pelo BF há 604 em situação de rua, 106 acampadas e 7 assentadas, totalizando 717 beneficiadas especificamente desses grupos, representando 78% dos Grupos Populacionais beneficiados pelo Programa na capital. Já em Aparecida de Goiânia são 65 em situação de rua, 10 acampadas e 2 assentadas, totalizando 77 famílias, representando 43% dos Grupos Populacionais do município. Isso demonstra que nessas duas cidades, que apresentam as maiores populações da RMG e do Estado, e as maiores densidades, há um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, e em luta pela terra, que dependem dos benefícios do Programa para a reprodução de suas vidas.

Outro Grupo Populacional que se destaca pelo número de beneficiários do BF na RMG são os de catadores de material reciclável que representavam 20% em 2017 das famílias pertencentes a Grupos Populacionais beneficiadas pelo Programa. Nota-se então que na RMG há um predomínio de famílias pertencentes a grupos característicos de regiões metropolitanas, que são famílias ligadas a questão da moradia e de materiais recicláveis.

Sobre a evolução do Bolsa Família, levantou-se a hipótese que o Programa é instável quanto as crises econômicas e políticas, em função das ações do governo que receberam cortes nesses períodos. Nesse sentido, entre 2007 e 2008 quando houve uma crise econômica no mercado imobiliário desencadeada nos Estados Unidos e que atingiu a economia de vários países, o número de famílias beneficiadas pelo BF diminuiu em Senador Canedo 12%, na RMG 9% e em Goiás 6%. Entre 2014 e 2017 com a crise dos *commodities*, aumento da inflação, um contexto de crise política, o número de famílias beneficiadas também diminuiu 12% em Senador Canedo, 15% na RMG e 8% em Goiás (Matriz de Informação Social, 2017).

Portanto, como afirma Arrais (2017), no Brasil ocorre justamente o contrário de outras experiências, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o período “Os Trinta Gloriosos”, que em meio a crise Pós-Guerra, os países aumentaram os investimentos na proteção social. No Brasil com o anúncio da crise econômica, são apresentadas reformas estruturais que diminuem o gasto público com políticas de proteção social, como no caso da redução dos números da execução do BF, mesmo sendo tão importante como demonstramos. Dessa forma, após analisar a execução do Programa BF na RMG, na próxima seção busca-se compreender especificamente o impacto do Programa na capitalização da economia de Senador Canedo e a evolução/involução da execução do BF de 2004 a 2017.

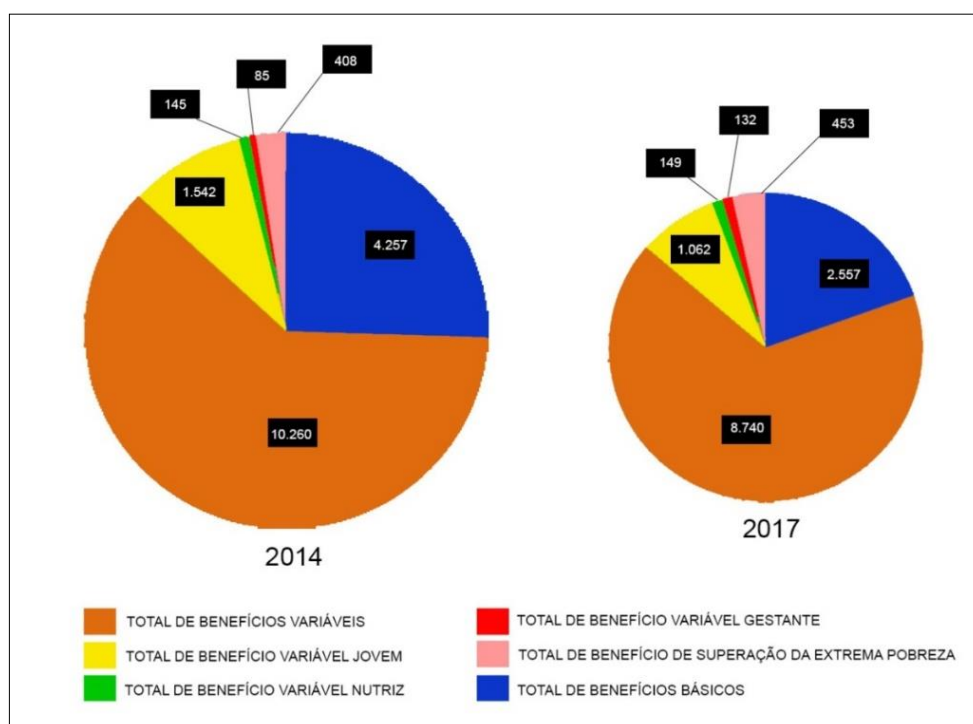
### O Programa Bolsa Família e sua execução em Senador Canedo

O total de famílias inscritas no Cadastro Único em Senador Canedo no ano de 2017 era de 15.807. Deste montante, 15% (2.337) possuíam renda *per capita* de até R\$ 85,00, essas famílias são diretamente contempladas pelo benefício. Já as Famílias com renda mensal entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00 por pessoa representavam 20% (6.733), sendo que nessa classe são contempladas pelo Programa as famílias que tenham crianças, adolescentes e jovens em sua composição.

Em 2017 a cobertura do Programa em Senador Canedo em relação ao Perfil BF foi de 105,52%, e de acordo com Perfil CU foi de 55,5%. Sendo a 8º menor cobertura em relação o Perfil BF, e 6º do Perfil CU na RMG.

Alguns dados auxiliam na compreensão da capilaridade do BF na economia do município e na rede de proteção social. Especificamente em Senador Canedo no ano de 2017, 16% (17.252 pessoas) da população do município eram diretamente beneficiárias das transferências de renda. Além de que em 2017 o valor desembolsado pelo Programa no município foi de R\$ 640.000,00 mil reais ao mês (Matriz de Informação Social, 2017).

Especificamente em Senador Canedo, observou-se uma retração do Programa, principalmente entre o período de 2014 e 2017, em um contexto de crise econômica e política já mencionada. No figura 05 é possível analisar a execução do Programa de acordo com o tipo de Benefício.



**Figura 05** – Execução do Programa Bolsa Família por tipo de benefício em Senador Canedo (2014 e 2017)  
 Fonte: Elaboração Cabral, G. C. e MOURA, M. B. S. (2018) a partir da Matriz de Informações Sociais (2017).



Observa-se que houve a diminuição no total de benefícios concedidos pelo BF entre os anos de 2014 que foi o ano em que o Programa atendeu o maior número de famílias e 2017 quando beneficiou o menor número de famílias em Senador Canedo. Entre esses anos a redução de benefícios concedidos foi de 21%. Os benefícios em que houve diminuições foram: o Benefício Básico (pago às famílias extremamente pobres com renda até R\$ 85,00) com 40%, os Benefícios Variáveis (pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição) com 15% e o Benefício Variável Jovem (pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição) com 31%. Isso mostra que as famílias extremamente pobres e aquelas com crianças, adolescentes e jovens em sua composição foram as que mais ficaram vulneráveis com essa retração da cobertura do BF, que tiveram o nível de proteção social pelo Programa reduzida de forma mais acentuada.

Outro aspecto importante sobre os tipos de benefícios é referente ao Benefício de Superação da Extrema Pobreza, que foi pago às famílias que continuaram com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. Entre esses anos aumentou em 11% o número de famílias que receberam esse tipo de benefício. Em 2017, 453 famílias foram beneficiadas por esse tipo de benefício, o que representa 3,5% do total de benefícios, e 9,6% das famílias beneficiadas em Senador Canedo, que mesmo com o pagamento de outros tipos de benefícios continuam com sua renda inferior aos R\$ 85,00, o que classifica essas famílias como extremamente pobres. Nesse sentido, observa-se a partir dos dados de fonte secundária o impacto direto do BF na economia de Senador Canedo; a grande rede de proteção social gerida pelo Programa e também uma retração dessa rede em momentos de crise econômica e política.

### **A relação entre Estado Social, o Programa Bolsa Família e capitalização**

Há alguns discursos negativos sobre o Bolsa Família que apontam o Programa como uma ação que estimula o clientelismo e a cultura do não trabalho, e da ideia de um alto valor que essas famílias recebem como benefício, como apontado por Moura (2007). Nesse sentido Arrais (2017) fez um quadro (Quadro 01) sobre as principais críticas positivas e negativas sobre o Programa, nas dimensões: social, política e econômica.

**Quadro 01** - Síntese das principais críticas ao Programa Bolsa Família.

Dimensão	Críticas	
	Positivas	Negativas
<b>Social</b>	Eficaz no combate à pobreza a partir da focalização em grupos específicos e exigência de condicionalidades na área de saúde e educação.	Estimula a cultura do não trabalho, tradicional doente da riqueza, e não apresenta garantias do cumprimento das condicionalidades.
<b>Política</b>	Estimula a autonomia dos indivíduos, com foco especial no gênero, o que contribui para romper os laços políticos horizontais do clientelismo localista.	Estimula o clientelismo a partir da esfera federal, o que conforma situações de populismo político, indicado pela regionalidade dos votos.
<b>Econômica</b>	Baixo custo e efeito capilar na escala local e regional, manifestado, por exemplo, pelo aumento do consumo no varejo.	Gasto público improdutivo, comprometido, ainda, pela ineficiência dos mecanismos de controle.

Fonte: ARRAIS, 2016.

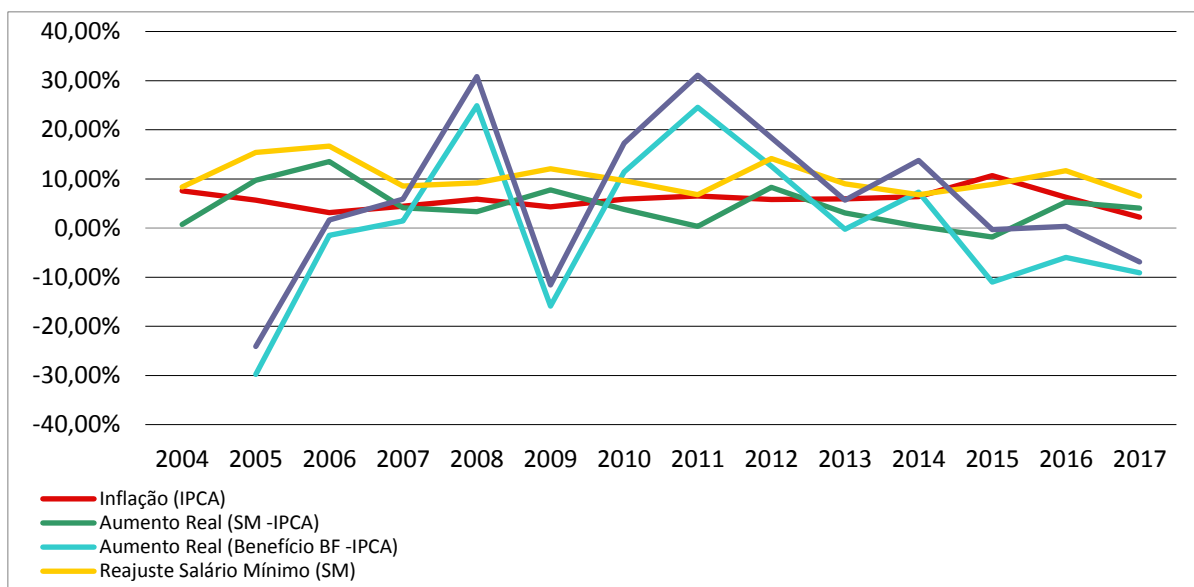
Buscando relacionar essas críticas com a questão de análise dessa pesquisa, que é o impacto do Bolsa Família na capitalização econômica da escala municipal, entre os vários estudos desenvolvidos sobre o Programa destaca-se o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2013) que apresenta que, a cada R\$ 1,00 gasto com o Bolsa Família, R\$ 1,78 é incorporado ao PIB. Comprovando que o BF tem efeito positivo na Economia, tendo um efeito capilar ao PIB de 78% ao gasto realizado. Portanto, trata-se de gasto público produtivo para capitalizar a economia, em nosso caso, como ficou demonstrado, urbana.

Outro estudo que busca desmitificar algumas das críticas ao BF, foi feito por Medeiros, Britto e Soares (2007, p. 15), que apontam que a ideia de que o Programa desestimula o trabalho é fundamentada em preconceitos, pois com base nos dados do IBGE as “pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiados do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que outras pessoas com renda familiar *per capita* similar”.

Essas informações instigam uma reflexão sobre a execução do BF, pois ao contrário do que observamos a partir de 2016 com a retração da cobertura do Programa, sugere-se que nos anos de crise, acompanhados por aumento da taxa de desemprego, o esperado seria o aumento da cobertura da proteção social, como meio de evitar o aumento da pobreza, e capitalizar a economia dos municípios, possibilitando a superação de períodos de crise econômica. Sobre a questão do valor repassado, buscou-se realizar no Gráfico 04 uma relação entre as alterações do valor médio de benefício por família com o reajuste do salário-mínimo e da inflação.

A partir da leitura da figura 05 foi possível analisar dois momentos em que houve uma queda mais expressiva do valor médio de repasse por família, o que tem relação com os períodos já citados anteriormente de crise econômica a partir de 2008 e também de 2015. Esse fato teve relação com a instabilidade dessa rede de proteção de acordo com as condições econômicas do país e do governo, por isso que o valor médio de repasse por família e o aumento real entre o benefício e a inflação apresentam maiores oscilações.





**Figura 05** - Relação entre o reajuste anual do salário-mínimo, inflação e a média de benefício por família em Senador Canedo (2004 - 2017).

Fonte: Elaboração dos autores a partir da Matriz de Informações Sociais (2017)

O que também vem ocorrendo com a diminuição do valor médio do benefício por família e com o aumento da inflação de forma mais contundente a partir de 2014, é uma acentuada queda do aumento real entre o benefício e a inflação. Isso representa a diminuição do poder de consumo dessas famílias nesse período, o que pode significar uma maior dificuldade para que essas famílias possam sair da situação de pobreza e extrema pobreza.

Outro ponto que deve ser lembrado é que o valor médio por família da transferência de renda feito pelo Bolsa Família no ano de 2017 foi de R\$ 137,48, enquanto o Salário Mínimo R\$ 937,00 e o valor médio da cesta básica em Goiânia de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017) é de R\$360,70. O que mostra que a média dos benefícios é um valor baixo comparado a esses outros valores. Ainda mais se for analisado em comparação com as 24.359 pessoas que recebem mais de 20 salários-mínimos em Senador Canedo.

Além do impacto direto do Programa BF na dimensão econômica, por meio da capitalização das famílias em situação de pobreza, o que aumenta a circulação de capital nos municípios, o PBF também gera um impacto secundário na economia do município, por buscar tratar da questão da pobreza através de políticas estruturais. Para isso, na própria institucionalização do Programa a transferência de renda direta está condicionada a uma série de compromissos/contrapartidas sociais ligadas ao acesso das famílias à educação e saúde.

Nesse sentido, os dados organizados pelo Portal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que realiza o acompanhamento brasileiro dos objetivos de desenvolvimento do milênio, por meio dos dados dos Censos, demonstram que houve um avanço na redução de

famílias abaixo da linha da indigência, e entre a linha da indigência e pobreza (entre 2000 e 2010) em todos os municípios que compõem a RMG.

Em 2000 dos 20 municípios que compõe a RMG, 14 apresentavam percentuais superiores a 5% de pessoas abaixo da linha da indigência em relação a população, a capital goiana apresentava o menor percentual com 2,5% e o maior era em Terezópolis de Goiás com 14,20%. Já no ano de 2010, o maior percentual de pessoas nessa condição foi em Goianápolis com 9%, e com 18 municípios com percentuais abaixo de 5%. Sendo que entre os municípios circunvizinhos a Goiânia a cidade de Senador Canedo teve a maior queda de 9,5% em 2000, para 2,9% em 2010.

Entre a linha da indigência e pobreza também houve uma queda de percentual na relação entre esses anos, em 2000 com exceção de Goiânia com 6,9%, os outros municípios apresentavam percentuais superiores a 11%. No ano de 2010, o município com o maior percentual foi Goianápolis com 10,30%, sendo que 15 municípios apresentavam percentuais abaixo de 7%. Senador Canedo entre esses anos apresentou uma redução de 11,9% de pessoas nessa faixa e uma diminuição de pessoas abaixo da linha de pobreza de 27,4% em 2000 para 8,9% em 2010.

Se observarmos a espacialidade das pessoas abaixo da linha da pobreza em Goiânia e nos municípios localizados na sua franja, enquanto na capital esse percentual é de 4%, nos outros municípios é superior a 7%. Portanto, observa-se como padrão entre esses anos a diferença entre o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência de Goiânia em comparação com os outros municípios que compõe a RMG, pois na capital goiana esse percentual é o mais baixo.

Esse avanço na redução de famílias abaixo da linha da indigência, e entre a linha da indigência e pobreza, entre anos de 2000 e 2010, devem ser compreendidos a partir da mudança significativa que ocorreu nas políticas de proteção social a partir dos anos 2000, com o aumento de recursos e de famílias beneficiadas, com destaque para a relevância do BF, que passa a ser a principal política de proteção social do país.

Sobre o acompanhamento das condicionalidades, especificamente em Senador Canedo são 6.855 beneficiários com perfil educação (6 a 17 anos). Desses 95% são acompanhados pelo Programa e 94,7% apresentam frequência escolar superior a 75%. Na RMG são 73.199 beneficiários com perfil educação, o percentual de acompanhados também é de 95% e com 91,5% de beneficiários com frequência escolar acima de 75%.

Em relação a saúde, em Senador Canedo das 3.618 famílias (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos), 58% foram acompanhadas, sendo que destes, 100% das gestantes indicavam realização do pré-natal e 100% das crianças receberam acompanhamento em relação

a vacinação. Na RMG das 47.847 famílias com perfil saúde, 70,5% são acompanhadas, dessas famílias 98% das gestantes estão sendo observadas durante o pré-natal e 99,8% das crianças estão com a vacinação monitorada.

Esses dados demonstraram a centralidade da rede de proteção social do Programa Bolsa Família em Senador Canedo e no contexto da RMG, pois além da transferência de renda foi realizado também o acompanhamento das condicionalidades, do acesso das famílias beneficiadas aos direitos garantidos pela *Constituição de 1988* e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993. Estes pressupostos são, ainda hoje, marcos da proteção social no país, que asseguraram e expandiram a assistência social como um direito de cidadania, com impactos significativos no ordenamento social e territorial.

Alguns estudos apresentaram a importância da articulação feita entre a transferência de renda e as condicionalidades, como Silva e Lima (2010) que destaca que é por meio das políticas estruturantes que, há um enfrentamento da pobreza, e Rocha (2011) que menciona que as condicionalidades busca romper com o círculo vicioso da pobreza. Através, dos dados do Portal ODM foi possível analisar alguns aspectos referentes a saúde e educação do município de Senador Canedo, como o percentual de crianças nascidas vivas por número de consultas pré-natais, em 2001 esse percentual era de 66% para crianças com 7 ou mais consultas, em 2015 passou para 69,8%. De crianças menores de 1 ano com vacinação em dia em 2000 era um percentual de 90,3%, em 2014 foi de 97,7%

A taxa de conclusão no ensino fundamental em 2000 era de 22,4% passando para 54,6% em 2010, na taxa de frequência houve decréscimo, em 2000 era 89,80% e em 2010 foi 78,90%, entretanto, a taxa continua superior aos 75% colocado como meta do próprio Programa BF. No ensino médio a taxa de conclusão em 2000 era de 11,8% passando para 42% em 2010, e em relação a frequência em 2000 era de 17,3% e em 2010 foi de 44,9%. Como podem ser observadas as taxas no ensino médio sempre foram inferiores a do ensino fundamental, com uma notável evasão escolar, pois os jovens começam a trabalhar para ajudar nas despesas da casa e assim deixam os estudos, sendo esse um dos motivos que fez com que fosse criado o Benefício Variável para Jovens (entre 16 e 17), com o objetivo de garantir que esses jovens possam terminar seus estudos.

Portanto, observa-se que o Programa por meio das condicionalidades, vem fazendo com que os beneficiários que estão em situação de maior vulnerabilidade econômica e social, tenham acesso aos direitos garantidos pela *Constituição de 1988* e quem também sejam acompanhadas pelos Centros de Referências de Assistência Social (Cras) dos municípios, realizando um enfrentamento da questão estruturante da pobreza, como forma de romper com o círculo vicioso como menciona Rocha (2011).

### Algumas Considerações

As análises indicaram que o Programa BF vem garantindo a reprodução da vida das famílias de Senador Canedo em situação de pobreza e extrema pobreza. Correspondendo como uma política de proteção social por realizar as transferências de renda a essas famílias como proteção a situação de pobreza e fome, e por acompanhar através das condicionalidades o acesso aos serviços públicos (educação e saúde).

Observou-se a capilaridade do Programa na RMG, principalmente nos municípios com população inferior a 20.000 habitantes. Entretanto, o Bolsa Família também apresenta uma capilaridade nos municípios mais populosos e com maior receita. Sendo que em Senador Canedo 16% da população é diretamente beneficiada pelo Programa, e em uma relação entre a receita do executivo e o valor repassado pelo BF em 2017, esse índice é de 3,51%. Esses dados reforçam o efeito capilar do BF na capitalização da economia do município, aumentando o consumo no setor de comércio e serviço, refletindo diretamente no PIB das cidades.

Além de que, nesse processo de reprodução da vida por intermédio das transferências de renda, as condicionalidades mostram-se um meio de acompanhar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social nas políticas estruturantes, tendo um caráter geracional, que possa romper com o círculo vicioso da pobreza.

Esse aspecto é importante diante da questão urbana de Senador Canedo, marcada pela segregação espacial nos aspectos demográficos, renda, trabalho, nível de instrução e moradia. E que apresenta uma espacialidade, marcada pelas contradições da forma de acesso ao solo na capital goiana.

Também foi possível analisar que as famílias beneficiadas pelo programa em Senador Canedo apresentam percentuais de acesso aos direitos garantidos pela *Constituição de 1988*, na saúde e na educação, superiores aos percentuais do total da população do município.

Todavia observou-se que o Programa BF apresenta uma instabilidade em relação a períodos de crise econômica e política, como ocorreu a partir de 2015 até o presente momento, sendo que nesse período percebeu-se uma retração do Programa, com menos famílias beneficiadas, e diminuição dos tipos de benefícios. Eis que fica a questão, das consequências da redução dessa rede de proteção social e do seu impacto na capitalização econômica da escala municipal com a diminuição da circulação de capital.

---

**Transfer of direct income in Senador Canedo-GO: analysis of the impacts of the Bolsa Família program in metropole goiana**

**Abstract:** The text analyzes the direct income transfer carried out by the federal government through the Bolsa Família Program in the municipality of Senador Canedo (GO) between 2004 and 2017, seeking to understand the impacts of this program on the economic capitalization of a municipality located in the metropolis of Goiás. The methodological procedures consisted of literature review and secondary source data collection. The analyzes indicated elements that highlight the capillarity of the Bolsa Família in Senador Canedo and in the Metropolitan Region of Goiânia in relation to the number of beneficiaries and the amount disbursed by the Program monthly, having a crucial role in the circulation of capital in the municipality. A secondary effect of the research also identified the instability of the Bolsa Família in relation to periods of economic and political crisis, causing the retraction of the Program and the protection network generated through its execution, which in a way pointed to effects on the capitalization dynamics of the urban economy in metropolitan environments.

**Keywords:** Bolsa Família. Transfer of income. Metropolis of Goiás. Senador Canedo.

**Transferencia de renda directa en Senador Canedo-GO: análisis de los impactos del programa Bolsa Família en la metrópoli goiana**

**Resumen:** El texto analiza la transferencia de renta directa realizada por el gobierno federal a través del Programa Bolsa Família en el municipio de Senador Canedo (GO) entre los años 2004 y 2017, se busca comprender los impactos de esse Programa en la capitalización económica del municipio insertado en la metrópoli goiana. Los procedimientos metodológicos consistieron en revisión de literatura y levantamiento de datos de fuente secundaria. Los análisis muestran elementos que destacan la capilaridad del Bolsa Família en Senador Canedo y en la Región Metropolitana de Goiânia con relación al número de personas beneficiadas y el valor desembolsado por el programa mensualmente, se resalta su papel crucial en la circulación de capital en el municipio. Un efecto secundario de la investigación también identificó la inestabilidad del Bolsa Família en relación a períodos de crisis económica y política, causando la contracción del Programa y de la red de protección generada a través de su ejecución, lo que en cierto modo apunta a efectos en la dinámica de capitalización de la economía urbana en ambientes metropolitanos.

**Palabras clave:** Bolsa Família. Transferencia de renta. Metrópoli goiana. Senador Canedo.

---

**Referências**

ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 200-226, dez. 2016.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Risco social no espaço rural: a reforma previdenciária e o fim da aposentadoria rural**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017. 67p.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A questão social, a previdência rural e a capitalização econômica da escala municipal. **Boletim goiano de geografia**, v. 37, p. 192-221, 2017.

ARRAIS, Tadeu, PINTO, José. Integrar para segregar: uma análise comparativa do tecido urbano-regional de Goiânia e Brasília. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/307.htm>. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. **Data-Social** – portal que disponibiliza dados sobre as políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv\\_novo.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php). Acesso: 8 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Matriz de Informações Sociais**. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelasmi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelasmi_social.php). Acesso em: 22 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória n. 132, de 20/10/2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas\\_2003/132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm). Acesso em: 07 fev. 2018.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Custo da Cesta Básica**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 8 abril, 2018.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As três economias políticas do welfare state**. Lua Nova, São Paulo, v. 24, n. 9, p.86-116, set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>. Acesso em: 9 abril, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo - 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 12 março, 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**. Produto Interno Bruto – 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso em: 8 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua** – Trimestral. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.sht](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.sht). Acesso em: 19 set. 2018

IMB, Instituto Mauro Borges. **Estatísticas Municipais**. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 12 março, 2018.

LIMA, Leandro Oliveira. **As metamorfoses recentes no espaço urbano de Senador Canedo**: rearranjos nos espaços da metrópole goiana. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010. 205 f.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**– *Cebrap*, São Paulo, n. 79, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300001&script=sci_arttext). Acesso em: 18 abril de 2018.

MOURA, P. M. G. de. Bolsa Família: projeto social ou marketing político?. **Revista Kátal**, Florianópolis, v. 10, nº 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a13>. Acesso em: 13 maio de 2018.

NERI, Marcelo Cortes; VAZ, Fábio Monteiro; SOUZA, P. Herculano G. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Ipea, 2013.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Ser Social** (UnB), v. 13, p. 12-40, 2011.

ROCHA, Sonia. Programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113- 139. 2011.

SILVA, Maria O. da S.; LIMA Valéria. F. S. de A. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

TCM, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. **Receitas do Executivo**. Disponível em: <https://www.tcm.go.gov.br/portaldocidadao/index.jsf;jsessionid=A92EE4ED9E9CB9438AE55026F96319C1>. Acesso em: 09 março de 2018.

PORTAL ODM. **Acompanhamento Brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/>. Acesso em: 14 abril de 2018.

WANDERLEY, L. Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, M. Carmelita. **Desigualdade e a questão social** 4. ed. São Paulo: Educ, 2015.

---

### Sobre os autores

**Gabriel da Costa Cabral** – Licenciado e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER – IESA/UFG).

**Leandro Oliveira de Lima** - Licenciado, mestre e doutor em Geografia. Docente da Universidade Federal de Goiás.

---

Recebido para avaliação em setembro de 2020

Aceito para publicação em novembro de 2020